

Demonstrações Contábeis Regulatórias

Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica

31 de dezembro de 2024
com Relatório do Auditor Independente

Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica

Demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2024

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias	1
Demonstrações contábeis regulatórias	
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias.....	10



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua Verbo Divino, 1400, Conjunto Térreo ao 801 - Parte,
Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos Administradores e Acionistas da
Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração da Companhia com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e adequada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Companhia a cumprir os requerimentos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outras finalidades. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações contábeis societárias

Lumitans Companhia Transmissora de Energia Elétrica, preparou um conjunto de demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 07 de março de 2025.

Auditoria das demonstrações contábeis regulatórias do exercício anterior

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações contábeis regulatórias do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado em 16 de abril de 2024, sem modificação.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de março de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda

CRC 2SP-014428/0-6



Daniel A. da S. Fukumori

Contador CRC 1SP245014/0-2

Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Ativo			
Ativo Circulante		19.955	11.361
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	13.232	4.895
Investimentos Temporários	5	5.935	5.434
Contas a Receber da Concessão - Concessionárias e permissionárias	6	26	604
Serviços em Curso		275	139
Tributos Compensáveis		405	194
Despesas Pagas Antecipadamente		3	4
Outros Ativos		79	91
Ativo Não Circulante		60.659	62.803
Contas a Receber da Concessão - Concessionárias e permissionárias	6	1.791	1.042
Depósitos Judiciais e Cauções		110	110
Outros Ativos Não Circulantes		2.967	3.167
Imobilizado	7.1	55.347	58.042
Intangível	7.2	444	442
Total do Ativo		80.614	74.164

Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Passivo			
Passivo Circulante		7.294	5.498
Fornecedores		76	253
Obrigações Sociais e Trabalhistas		498	430
Tributos		1.044	916
Dividendos Declarados		2.295	740
Encargos Setoriais		530	315
Provisão para Compensação Ambiental		2.827	2.827
Outros Passivos		24	17
Passivo Não Circulante		610	607
Arrendamento Mercantil			
Encargos Setoriais		139	187
Tributos Diferidos		471	420
Total do Passivo		7.904	6.105
Patrimônio Líquido			
Capital Social	9.1	74.744	74.744
Outros Resultados Abrangentes	9.3	2	2
Reserva de Lucros	9.2	13.789	12.843
Prejuízos Acumulados		(29.311)	(26.182)
Proposta de Distribuição de Dividendos Adicionais		13.486	6.652
Total do Patrimônio Líquido		72.710	68.059
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		80.614	74.164

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Lumittrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Operações			
Receita / Ingresso			
Disponibilização do Sistema de Transmissão		23.047	26.875
(-) Parcela Variável		(19)	-
Tributos			
PIS-PASEP		(150)	(175)
Cofins		(691)	(806)
Encargos - Parcela "A"			
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(213)	(248)
Reserva Global de Reversão - RGR		(599)	(699)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE		(92)	(107)
Receita Líquida / Ingresso Líquido	10	21.283	24.840
Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis		21.283	24.840
Custos Gerenciáveis - Parcela "B"			
Pessoal e Administradores	11	(2.575)	(2.517)
Material		(134)	(129)
Serviços de Terceiros		(443)	(310)
Arrendamento e Aluguéis		(173)	(122)
Seguros		(19)	(27)
Doações, Contribuições e Subvenções		(11)	(12)
Tributos		(17)	(14)
Depreciação e Amortização		(2.713)	(2.689)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		321	5
Resultado da Atividade		15.519	19.025
Equivalência Patrimonial			
Resultado Financeiro			
Despesas Financeiras		(37)	(33)
Receitas Financeiras		1.519	1.062
Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro		17.001	20.054
Despesa com Impostos sobre o Lucro	12	(1.202)	(1.160)
Resultado Líquido do Exercício		15.799	18.894

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2024</u>
Resultado Líquido do Exercício	15.799	18.894
Outros Resultados Abrangentes – Reserva de reavaliação	-	(3)
Total de Resultados Abrangentes do Exercício, Líquidos de Impostos	15.799	18.891

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Em milhares de reais)

	Reserva de lucros				Outros resultados abrangentes		Total
	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Retenção de Lucros	Proposta de Distribuição de Dividendos Adicionais	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Reserva de Reavaliação	
Saldo em 31 de dezembro de 2022	74.744	12.376	4.223	10.018	(35.738)	5	65.628
Pagamento de Dividendos sobre Lucros Retidos	-	-	(4.223)	-	-	-	(4.223)
Pagamento de Dividendos Adicionais Propostos	-	-	-	(10.018)	-	-	(10.018)
Reserva de reavaliação (VNR)	-	-	-	-	-	(6)	(6)
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	18.894	-	18.894
Destinação Proposta à A.G.O.:							
Reserva Legal	-	467	-	-	(467)	-	-
Dividendos Mínimos Obrigatórios	-	-	-	-	(740)	-	(740)
Dividendos Intermediários	-	-	-	-	(1.476)	-	(1.476)
Dividendos Adicionais Propostos	-	-	-	6.652	(6.652)	-	-
Realização de reserva de reavaliação	-	-	-	-	(3)	3	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	74.744	12.843	-	6.652	(26.182)	2	68.059
Pagamento de Dividendos Adicionais Propostos	-	-	-	(6.652)	-	-	(6.652)
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	15.799	-	15.799
Destinação Proposta à A.G.O.:							
Reserva Legal	-	-	-	-	(946)	-	(946)
Dividendos Intermediários	-	946	-	-	(2.200)	-	(1.254)
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(2.296)	-	(2.296)
Dividendos Adicionais Propostos	-	-	-	13.486	(13.486)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	74.744	13.789	-	13.486	(29.311)	2	72.710

(*) Apesar da posição patrimonial apresentar prejuízos acumulados, a operação da Companhia não é deficitária. Este prejuízo é decorrente do fato que para fins societários o reconhecimento da receita ocorre desde o início da construção do empreendimento e para fins regulatórios, tal reconhecimento ocorre conforme emissão das faturas da receita de transmissão. Estas diferenças estão descritas e conciliadas na NE 14 . As reservas de lucros foram constituídas, tomando como base os resultados acumulados divulgados nas demonstrações contábeis societárias.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do Exercício	15.799	18.894
Despesas (Receitas) que não afetam Caixa e Equivalentes de Caixa		
Depreciação	2.713	2.689
Imposto de Renda e Contribuição Social	1.253	1.132
Outros	47	50
	19.812	22.765
Redução (Aumento) de Ativos		
Concessionárias e Permissionárias	(171)	662
Imposto de Renda e Contribuição Social	(56)	(147)
Outros	(83)	(157)
	(310)	358
Aumento (Redução) de Passivos		
Encargos Setoriais	215	(285)
Fornecedores	(177)	(102)
Obrigações Sociais e Trabalhistas	68	(11)
Tributos	(894)	(36)
Outros	(40)	(268)
	(828)	(702)
Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais		
Encargos de Dívidas Pagos		
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(177)	(934)
Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais	18.497	21.487
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
Aplicações de investimentos curto prazo	78	67
Resgates de investimentos curto prazo	(579)	(3.865)
Imobilizado	(65)	(4)
Intangível	(2)	(3)
Caixa Líquido das Atividades de Investimento	(568)	(3.805)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Pagamento de dividendos	(9.592)	(15.716)
Redução de Capital		
Caixa Líquido das Atividades de Financiamento	(9.592)	(15.716)
Variação Líquida do Caixa e Equivalentes de Caixa	8.337	1.966
Demonstração da Variação do Caixa e Equivalentes de Caixa		
No início do exercício	4.895	2.929
No fim do exercício	13.232	4.895

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2024 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

1. Setor Elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a LUMITRANS Companhia Transmissora de Energia Elétrica, está autorizada a cobrar a TUST - Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas - RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

A Companhia possui o direito de explorar, diretamente o seguinte contrato de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Contrato de concessão

Número	Prazo (anos)	Vigência até	RAP (*)	Índice de correção	Data entrada em operação comercial	da em	Ciclo de degrau
007/2004	30	2034	23.016	IGP-M	out/07		2022-2023

(*) A Receita Anual Permitida (RAP) da concessionária é definida pelo Poder Concedente, a ANEEL e corrigida anualmente, para períodos definidos como ciclos, que compreendem os meses de julho a junho do ano posterior, por meio de Resoluções Homologatórias emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). A RAP informada está conforme Resolução Homologatória ANEEL nº 3.348 de 16/07/2024.

Em 03 de outubro de 2007, entrou em operação comercial as citadas linhas de transmissão e as respectivas subestações.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

O pagamento do uso da transmissão aplica-se também à geração da Itaipu Binacional. Entretanto, devido às características legais dessa usina, os encargos correspondentes são assumidos pelas concessionárias de distribuição detentoras das respectivas quotas-partes da potência da usina.

1.1. Aplicabilidade

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo um documento denominado de Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, contendo o plano de contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações econômicas, financeiras e socioambientais resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis, às empresas do setor. As normas contidas no referido Manual são de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2022.

2. Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis. As Demonstrações contábeis para fins regulatórios são separadas das demonstrações contábeis estatutárias societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções contábeis para fins regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa e apresentar diferenças de valores pela aplicação diferenciada de algumas normas contábeis societárias e regulatórias. Estas diferenças constam na nota explicativa nº 14, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

As demonstrações contábeis regulatórias foram autorizadas para emissão pela Administração em 25 de março de 2025.

2.1. Base de preparação e apresentação

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo, quando requeridos pelas normas contábeis.

Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

2.2. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas e estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

2.3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações contábeis regulatórias exige que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos que afetam a aplicação de políticas contábeis e determinam os valores registrados. A liquidação das transações que envolveu estas estimativas pode divergir significativamente dos valores registrados nas demonstrações contábeis.

A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

3. Sumário das Políticas Contábeis Materiais

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas nas Demonstrações Contábeis Societárias apresentadas na nota explicativa 3, exceto quanto ao que se estabelece abaixo:

3.1. Imobilizado e intangível

Imobilizado em serviço: Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

Imobilizado em curso: Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios

Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

Intangível: Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

VNR (Valor Novo de Reposição)

A reavaliação compulsória do imobilizado deve ser aplicada ao imobilizado das Outorgadas as quais possuem revisão tarifária. A reavaliação deverá ser aplicada de acordo com a metodologia do Valor Novo de Reposição – VNR e o registro contábil do VNR deve ser efetuado pela diferença, negativa ou positiva, verificada entre o valor homologado e o saldo contábil na data da revisão tarifária e tem por finalidade permitir reconhecer no resultado regulatório da Outorgada, a efetiva depreciação do exercício considerada na formação da sua Receita Requerida – RR.

Reserva de reavaliação: é realizada proporcionalmente à depreciação, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados, mediante a transferência da parcela realizada para lucros acumulados líquida dos efeitos de imposto de renda e contribuição social. Para fins da contabilidade societária, a Lei 11.638/2007 permitiu a manutenção dos saldos de reservas de reavaliação existentes em 31 de dezembro de 2007 até a sua efetiva realização. A reavaliação compulsória foi estabelecida pela ANEEL. A reavaliação foi registrada em 31 de dezembro de 2022, com base em Laudo de Reavaliação e está de acordo com os montantes homologados pela ANEEL no processo de revisão tarifária da data-base de janeiro de 2019.

3.2. Arrendamentos

A LUMI avalia, na data de início do contrato aluguel, serviços prestados, entre outros, se esse contrato é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transmite o direito de uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. Caso o contrato atenda a esses requisitos, a LUMI reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente de cada contrato. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos futuros do arrendamento, descontados a uma taxa de juros incremental no arrendamento.

As operações de arrendamento mercantil são restritas aos bens administrativos e estas operações devem ser submetidas à aprovação pelo Órgão Regulador quando celebradas entre partes relacionadas ou acarretar desvinculação de bem.

3.3. Reconhecimento da receita

A receita inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia.

Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos-financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Desta forma a receita é reconhecida mediante a disponibilização do sistema de transmissão.

3.3.1. Receita anual permitida (RAP)

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função de sua realização, com base nos valores estabelecidos no Contrato de Concessão e Resoluções Homologatórias da ANEEL.

3.4. Dividendos

Os dividendos propostos a serem pagos é fundamentado em obrigações estatutárias são registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece que, conforme previsto em lei, no mínimo 25% do lucro anual seja distribuído a título de dividendos. Adicionalmente compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de dividendos intermediários e/ou juros sobre capital próprio.

3.5. Normas e interpretações novas e revisadas

No exercício corrente, a Companhia adotou as alterações e novas interpretações às IFRS e aos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Conselho das Normas Internacionais de Contabilidade (International Accounting Standards Board - IASB) e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, respectivamente, que entraram obrigatoriamente em vigor para exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024.

- Alterações ao CPC 26/IAS 21 – Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes / Passivos não circulantes com Covenants.

A Companhia está avaliando os impactos da adoção desse novo pronunciamento e além de aguardar a sinalização do órgão regulador (ANEEL) sobre tais pronunciamentos e não espera efeitos materiais em suas demonstrações contábeis, quando esse estiver em vigor.

3.6. Normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis

A IFRS 18 - Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis substituirá a norma IAS 1 (CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis), que entrará em vigor para os exercícios iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2027. A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação a nova estrutura da demonstração de resultado, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais das medidas de desempenho.

Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

Adicionalmente, não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas Demonstrações Contábeis da Companhia:

- Alterações no IFRS 9 e IFRS 7 - Classificação e mensuração de instrumentos financeiros.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Instituição / linha devedora	31/12/2024		31/12/2023	
	Principal Curto Prazo	Saldo Total	Principal Curto Prazo	Saldo Total
Caixa e Aplicações Financeiras	13.232	13.232	4.895	4.895
Caixa e Bancos	163	163	71	71
Aplicações Financeiras	13.069	13.069	4.824	4.824

Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

5. Investimentos temporários

Em 31 de dezembro de 2024, a LUMI possuí saldo de R\$5.935 (R\$5.434 em 31 de dezembro de 2023) referente ao Fundo de investimento Santander Lattice, que tem característica de renda fixa e remunerado em média por 98,46% e 98,54% do CDI, respectivamente.

6. Concessionárias e Permissionárias

6.1. Composição das Contas a Receber

Descrição	Valores Correntes						
	Corrente a vencer		Corrente vencida				
	Até 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias (*)	Total 2024	Total 2023
Encargos de Uso da Rede Elétrica	18	2	2	3	1.791	1.817	1.646
Total	18	2	2	3	1.791	1.817	1.646
			Circulante			26	604
			Não Circulante			1.791	1.042

(*) Alguns usuários do sistema de transmissão ingressaram com ações judiciais questionando as tarifas cobradas pelo uso de sistema de transmissão. Como essas ações foram ajuizadas há mais de um ano, a Companhia classifica no aging list um item vencido há mais de 365 dias. Cabe ressaltar dessas ações estão depositadas judicialmente.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023, nenhuma provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída, em decorrência da não apresentação de histórico de perdas e/ou expectativas de perdas nas contas a receber, a avaliação e monitoramento do risco de crédito e que as mesmas são garantidas por meio do Operador Nacional do Sistema (ONS).

Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

7. Imobilizado e Intangível

7.1. A composição do imobilizado é como segue:

Descrição	Valor Bruto em 31/12/2023	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Valor Bruto em 31/12/2024	Adições Líquidas = (A)+(B)+(C)+(D)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2024	Valor Líquido em 31/12/2023
Ativo Imobilizado em Serviço									
Transmissão	91.641	-	(3)	271	91.909	268	(45.608)	46.301	48.738
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	152	-	-	-	152	-	(79)	73	78
Máquinas e Equipamentos	91.334	-	(3)	7	91.338	4	(45.334)	46.004	48.658
Veículos	130	-	-	264	394	264	(170)	224	-
Móveis e Utensílios	25	-	-	-	25	-	(25)	-	2
Administração	79	-	-	-	79	-	(77)	2	8
Máquinas e Equipamentos	79	-	-	-	79	-	(77)	2	8
Subtotal	91.720	-	(3)	271	91.988	268	(45.685)	46.303	48.746
Ativo Imobilizado em Curso									
Transmissão	9.259	55	(46)	(271)	8.997	(262)	-	8.997	9.259
Máquinas e Equipamentos	1.565	-	-	-	1.565	-	-	1.565	1.565
Material em depósito	3.484	52	-	-	3.536	52	-	3.536	3.484
Outros	4.210	3	(46)	(271)	3.896	(314)	-	3.896	4.210
Administração	37	10	-	-	47	10	-	47	37
Máquinas e Equipamentos	29	10	-	-	39	10	-	39	29
Outros	8	-	-	-	8	-	-	8	8
Subtotal	9.296	65	(46)	(271)	9.044	(252)	-	9.044	9.296
Total do Ativo Imobilizado	101.016	65	(49)	-	101.032	16	(45.685)	55.347	58.042

Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

7.2. A composição do intangível é como segue:

Descrição	Valor Bruto em 31/12/2023	Adições (A)	Valor Bruto em 31/12/2023	Adições Líquidas = (A)+(B)+(C)	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2024	Valor Líquido em 31/12/2023
Ativo Intangível em Serviço							
Transmissão	494	-	494	-	(129)	365	365
Serviços	365	-	365	-	-	365	365
Softwares	129	-	129	-	(129)	-	-
Administração	157	-	157	-	(155)	2	2
Softwares	115	-	115	-	(113)	2	2
Outros	42	-	42	-	(42)	-	-
Subtotal	651	-	651	-	(284)	367	367
Ativo Intangível em Curso							
Transmissão	62	2	64	2	-	64	62
Softwares	50	2	52	2	-	52	50
Outros	12	-	12	-	-	12	12
Administração	13	-	13	-	-	13	13
Softwares	2	-	2	-	-	2	2
Outros	11	-	11	-	-	11	11
Subtotal	75	2	77	2	-	77	75
Total do Ativo Intangível	726	2	728	2	(284)	444	442

Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

7.3. As taxas médias anuais de depreciação da Companhia são conforme segue:

Ativo Imobilizado	Taxas anuais médias de depreciação (%)	31/12/2024		31/12/2023	
		Valor Bruto	Depreciação Acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Transmissão		91.909	(45.608)	46.301	48.738
Custo Histórico	2,91%	91.906	(45.609)	46.297	48.731
Reavaliação	2,45%	3	1	4	7
Administração		79	(77)	2	8
Custo Histórico	3,15%	79	(77)	2	8
		91.988	(45.685)	46.303	48.746
Em curso					
Transmissão	-	8.997	-	8.997	9.259
Administração	-	47	-	47	37
		9.044	-	9.044	9.296
		101.032	(45.685)	55.347	58.042

7.4. A composição das adições do exercício, por tipo de gasto capitalizado, é como segue:

Adições do Ativo Imobilizado em Curso	Material / Equipamentos	Outros Gastos	Total
Máquinas e Equipamentos	10	-	10
A Ratear	-	3	3
Material em Depósito	52	-	52
Total das Adições	62	3	65

7.5. As principais taxas anuais de depreciação por macroatividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº. 674 de 2015 são as seguintes:

Transmissão	Taxas anuais de depreciação (%)
Condutor do sistema	2,70
Equipamento geral	6,25
Estrutura do sistema	2,70
Religadores	4,00

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº. 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à

Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

7.6. As principais adições (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço no exercício foram:

Descrição do bem	Valor
PLATAFORMA ELEVATÓRIA REBOCAVEL, MOD. PER 13,7H - CHASSIS: 9A9RHYPE1PTFW2074 - PLACA: RYL 2H99 - SÉRIE: 1370 - CASCO	211
PLATAFORMA ELEVATÓRIA REBOCAVEL, MOD. PER 13,7H - CHASSIS: 9A9RHYPE1PTFW2074 - PLACA: RYL 2H99 - SÉRIE: 1370 - MOTOR	53
UM MÓDULO GPS	7
	271

7.7. As principais baixas (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço no exercício foram:

Descrição do bem	Valor
GPS, FABRICANTE REAZON, MODELO RT2000, NÚMERO DE SÉRIE 47.107	3

8. Provisões para Litígios

Perda provável:

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a LUMI não possuía processos classificados como perda “provável”.

Perda possível:

Com base no parecer dos advogados externos e internos, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a LUMI não possuía demandas judiciais com probabilidade de perda classificada como “possível”.

9. Patrimônio Líquido

9.1. Capital Social

O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é de R\$74.744, representado por 72.012.095 ações ordinárias, sem valor nominal.

	Quantidade de Ações		
	Integralizadas Ordinárias	% do capital Votante	Total
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.	57.609.676	80,00%	80,00%
Alupar Investimento S.A.	10.801.280	15,00%	15,00%

Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

Auto Invest Inspeções Técnicas de Veículos Ltda.	3.601.139	5,00%	5,00%
	<u>72.012.095</u>	<u>100,00%</u>	<u>100,00%</u>

9.2. Reservas de lucros

	31/12/2024	31/12/2023
Reserva legal	13.789	12.843
	<u>13.789</u>	<u>12.843</u>

Reserva legal: A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social. O saldo em 31 de dezembro de 2024 é de R\$13.789 (R\$12.843 em 31 de dezembro de 2023).

9.3. Outros resultados abrangentes

Reserva de reavaliação: O saldo residual do ativo imobilizado referente à Base de Remuneração, em 31 de dezembro de 2021 totalizava R\$79. O valor homologado pela ANEEL, equivalente ao VNR, ajustado pela depreciação acumulada até 31 de dezembro de 2021, para estes ativos é de R\$86. A reavaliação destes ativos foi registrada em 2022 e 2023, sendo depreciado de acordo com PRORET 9.2 conforme demonstrado abaixo:

Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>5</u>
Depreciação	3
Ajuste referente VNR homologado	(6)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>2</u>
Depreciação	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>2</u>

10. Receita Operacional Bruta e Líquida

Receita Líquida	31/12/2024	31/12/2023
Uso da Rede Elétrica de Transmissão Faturado	23.047	26.875
(-) Parcela Variável	(19)	-
Programa de Integração Social - PIS	(150)	(175)
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(691)	(806)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(213)	(248)
Reserva Global de Reversão - RGR	(599)	(699)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	(92)	(107)
Total	<u>21.283</u>	<u>24.840</u>

10.1. Reajuste Tarifário Anual

A Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, através da Resolução homologatória n. 3.348, de 16 de julho de 2024, aprovou o reajuste tarifário da Companhia, em vigor a

Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

partir de 1º de julho de 2024, cujo impacto tarifário para o ciclo 2024~2025 referente aos contratos reajustados pelo IGP-M foi de -0,34%.

Segundo o Contrato de Concessão, a Companhia passa por processos de Revisão Tarifária a cada cinco anos. A última Revisão Tarifária da Companhia ocorreu em 1 de julho de 2024 (com data-base em 2023) e a próxima será em 1 de julho de 2028.

11. Pessoal e Administradores

Pessoal e Administradores	31/12/2024	31/12/2023
Pessoal	2.575	2.517
Remuneração	1.405	1.411
Encargos	491	473
Previdência privada	64	42
Assistência médica	170	182
Despesas rescisórias	-	(7)
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	225	239
Outros	220	177
Total	2.575	2.517

Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

12. Reconciliação das taxas efetivas e nominais da provisão para o imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social apurada com base no regime de lucro presumido e debitada em resultado é demonstrada como segue:

	31/12/2024		31/12/2023	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita operacional ajustada	23.028	23.028	26.875	26.875
Alíquota aplicada sobre a receita	8%	12%	8%	12%
	1.842	2.763	2.150	3.225
Receitas financeiras	1.519	1.519	1.062	1.062
Base de cálculo	3.361	4.282	3.212	4.287
Alíquotas utilizadas para o cálculo	15 % e 10%	9%	15 % e 10%	9%
	817	385	779	387
Outros	-	-	(4)	(2)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	817	385	775	385

13. Demonstrações do Resultado do Exercício segregado por atividade

A Companhia é administrada como única operação, ou seja, que gera um único fluxo de caixa independente, uma vez que suas receitas operacionais decorrem substancialmente da atividade de transmissão de energia elétrica. Sendo assim, a Administração da Companhia não utiliza informações segregadas por atividade para analisar seu desempenho operacional e financeiro.

14. Conciliação do Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado, Regulatório e Societário

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória:

Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

	31/12/2024			31/12/2023		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativo						
Ativo Circulante						
Caixa e Equivalentes de Caixa	13.232	-	13.232	4.895	-	4.895
Investimentos temporários (*)	5.935	-	5.935	5.434	-	5.434
Contas a Receber da Concessão - Concessionárias e permissionárias	26	-	26	604	-	604
Serviços em Curso	275	-	275	139	-	139
Ativo Contratual da Concessão	-	13.541	13.541	-	13.161	13.161
Tributos Compensáveis	405	-	405	194	-	194
Despesas Pagas Antecipadamente	3	-	3	4	-	4
Outros Ativos Circulantes	79	-	79	91	-	91
Ativo Não Circulante						
Contas a receber da concessão - Concessionárias e permissionárias	1.791	-	1.791	1.042	-	1.042
Depósitos Judiciais e Cauções	110	-	110	110	-	110
Ativo contratual da concessão	-	80.671	80.671	-	80.571	80.571
Outros Ativos Não Circulantes	2.967	-	2.967	3.167	-	3.167
Imobilizado	55.347	(55.259)	88	58.042	(58.000)	42
Intangível	444	(431)	13	442	(429)	13
Total do Ativo	80.614	38.522	119.136	74.164	35.303	109.467

Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

	31/12/2024			31/12/2023		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Passivo						
Passivo Circulante						
Fornecedores	76	-	76	253	-	253
Arrendamento Mercantil	-	23	23	-	2	2
Obrigações Sociais e Trabalhistas	498	-	498	430	-	430
Tributos	1.044	-	1.044	916	-	916
Dividendos Declarados	2.295	-	2.295	740	-	740
Encargos Setoriais	530	-	530	315	-	315
Contribuições e Encargos Regulatórios Diferidos	-	900	900	-	875	875
Provisão para compensação ambiental	2.827	-	2.827	2.827	-	2.827
Outros Passivos Circulantes	24	-	24	17	-	17
Passivo Não Circulante						
Arrendamento Mercantil	-	23	23	-	-	-
Encargos Setoriais	139	-	139	187	-	187
Tributos Diferidos	471	2.902	3.373	420	2.888	3.308
Contribuições e Encargos Regulatórios Diferidos	-	5.365	5.365	-	5.358	5.358
Total do Passivo	7.904	9.213	17.117	6.105	9.123	15.228
Patrimônio Líquido						
Capital Social	74.744	-	74.744	74.744	-	74.744
Outros Resultados Abrangentes	2	(2)	-	2	(2)	-
Reservas de Lucros	13.789	-	13.789	12.843	-	12.843
(Prejuízos) Acumulados	(29.311)	29.311	-	(26.182)	26.182	-
Proposta de Distribuição de Dividendos Adicionais	13.486	-	13.486	6.652	-	6.652
Total do Patrimônio Líquido	72.710	29.309	102.019	68.059	26.180	94.239
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	80.614	38.522	119.136	74.164	35.303	109.467

(*) As nomenclaturas destas contas estão sendo apresentados em conformidade ao MCSE e correspondem, nas demonstrações contábeis societárias, à seguinte conta: Investimento de curto prazo e Dividendos a pagar.

Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

	31/12/2024			31/12/2023		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Operações						
Receita / Ingresso						
Disponibilização do Sistema de Transmissão	23.047	(23.047)	-	26.875	(26.875)	-
Receita de Operação e Manutenção	-	9.058	9.058	-	9.297	9.297
Receita de Implantação de Infraestrutura	-	-	-	-	-	-
Receita de Remuneração dos Ativos da Concessão	-	14.469	14.469	-	7.494	7.494
(-) Parcela Variável	(19)	-	(19)	-	-	-
Tributos						
PIS-PASEP	(150)	(3)	(153)	(175)	66	(109)
COFINS	(691)	(14)	(705)	(806)	302	(504)
Encargos - Parcela "A"						
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(213)	-	(213)	(248)	-	(248)
Reserva Global de Reversão – RGR	(599)	(12)	(611)	(699)	262	(437)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	(92)	(2)	(94)	(107)	40	(67)
Receita Líquida / Ingresso Líquido	21.283	449	21.732	24.840	(9.414)	15.426
Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis	21.283	449	21.732	24.840	(9.414)	15.426
Custos Gerenciáveis - Parcela "B"						
Pessoal e Administradores	(2.575)	-	(2.575)	(2.517)	1	(2.516)
Material	(134)	(10)	(144)	(129)	(278)	(407)
Serviços de Terceiros	(443)	-	(443)	(310)	-	(310)
Arrendamento e Aluguéis	(173)	21	(152)	(122)	24	(98)
Seguros	(19)	-	(19)	(27)	-	(27)
Doações, Contribuições e Subvenções	(11)	-	(11)	(12)	-	(12)
Provisões	-	-	-	-	-	-
Tributos	(17)	-	(17)	(14)	-	(14)
Depreciação e Amortização	(2.713)	2.688	(25)	(2.689)	2.663	(26)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	321	-	321	5	(2.862)	(2.857)
Custo de Implantação de Infraestrutura	-	-	-	-	-	-
Resultado da Atividade	15.519	3.148	18.667	19.025	(9.866)	9.159
Equivalência Patrimonial						
Resultado Financeiro						
Despesas Financeiras	(37)	(9)	(46)	(33)	(6)	(39)
Receitas Financeiras	1.519	4	1.523	1.062	6	1.068
Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro	17.001	3.143	20.144	20.054	(9.866)	10.188
Despesa com Impostos sobre o Lucro	(1.202)	(14)	(1.216)	(1.160)	310	(850)
Resultado Líquido do Exercício	15.799	3.129	18.928	18.894	(9.556)	9.338

Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

14.1. Efeitos de contabilização de contratos de concessão

Conforme previsto no contrato de concessão, a Companhia atua como prestador de serviço. A Companhia implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. A Companhia constroi, opera e mantém a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. A Companhia deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes e CPC 48 - Instrumentos Financeiros. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

14.1.1. Concessionarias e permissionárias

A atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão tem início após o término da fase de construção e entrada em operação da mesma.

O reconhecimento do contas a receber origina-se somente depois que a obrigação de desempenho de operação e manutenção é concluída mensalmente . De forma que este valores a receber, registrados na rubrica “Contas a receber de clientes”, passaram a ser considerados ativo financeiro a custo amortizado.

14.1.2. Ativo contratual da concessão

A Companhia foi classificada dentro do modelo de ativo contratual, a partir de 1º de janeiro de 2018, conforme adoção do CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo contratual é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP). Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que a Companhia recebe pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa

Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) remunerado pela taxa que representa o componente de financiamento, estabelecida no início de cada projeto, de 11% a.a.; e (ii) atualizado pelo IGP-M.

Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos da concessão a partir de 1º de janeiro de 2018 passaram a ser registrados na rubrica “Ativo contratual da concessão”, como um ativo contratual, por terem o direito a contraprestação ainda condicionados a satisfação de outra obrigação de desempenho.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos.

As receitas com implementação da infraestrutura, operação e manutenção e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas à correção monetária pela variação do IGP-M e ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS cumulativos e encargos regulatórios - RGR e TFSEE registrados na conta “Contribuições e encargos regulatórios diferidos” no passivo não circulante.

14.1.3. Custo de infraestrutura

O custo da infraestrutura é uma parte importante da fórmula para definição da tarifa a ser cobrada pela Companhia, nos termos do Contrato de Concessão. As regras para definição da infraestrutura remunerada através da tarifa e sua mensuração são estabelecidas pelo Poder Concedente e passíveis de julgamento, e não necessariamente estão alinhadas com práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas regras regulatórias podem levar ao registro como infraestrutura gastos que, eventualmente, não poderiam ser classificados como tal de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, ou não considerar gastos capitalizados de acordo com essas práticas contábeis, quando dos processos tarifários.

Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

14.1.4. Arrendamentos

Os ajustes de arrendamento mercantil são relativos à adoção do CPC 06 (R2) - Arrendamentos. O CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1).

Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para pagamentos futuros e um ativo representando o direito de usar o ativo subjacente durante o prazo do arrendamento. Os arrendatários reconhecem separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de amortização do ativo de direito de uso.

A norma inclui duas isenções de reconhecimento para os arrendatários - arrendamentos de ativos de “baixo valor” e arrendamentos de curto prazo.

A Companhia possui baixo volume de contratos de arrendamentos e cujos valores, com a adoção do CPC 06 (R2), estão reconhecidos nas demonstrações contábeis societárias em “Arrendamento mercantil” referente aos pagamentos futuros no montante de R\$46 e “Imobilizado” referente o direito de uso no montante de R\$40, líquidos de depreciação.

O CPC 06 (R2) foi incorporado pelo MCSE para demonstrações contábeis regulatórias a partir de 1º de janeiro de 2022 para bens não vinculados à concessão. No entanto, a administração optou por não aplicar seus efeitos, considerando que os custos da adoção superam os benefícios ao leitor, dado o impacto imaterial dos saldos de arrendamento não vinculados à concessão.

14.2. Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo do patrimônio líquido conforme contabilidade societária	102.019	94.239
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Ativo contratual da concessão (CPC 47)	(38.482)	(35.306)
Arrendamento Mercantil (CPC 06)	6	5
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	9.167	9.121
Saldo do patrimônio líquido contabilidade regulatória	<u><u>72.710</u></u>	<u><u>68.059</u></u>

14.3. Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido conforme contabilidade societária	18.928	9.338
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Ativo contratual da concessão (CPC 47)	(3.017)	9.981
Arrendamento Mercantil (CPC 06)	(126)	(115)
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	14	(310)
Lucro líquido regulatório	<u><u>15.799</u></u>	<u><u>18.894</u></u>

Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)